

**X Encontro de Pós-graduação
em História Econômica**

Virtual

**8ª Conferência Internacional
de História Econômica**

9, 10, 11 e 12 de novembro

2020

**O “último” Raúl Prebisch perante os processos de
modernização e reformas na América Latina**

Fágner João Maia Medeiros

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

O “último” Raúl Prebisch perante os processos de modernização e reformas na América Latina

Fágner João Maia Medeiros¹

Resumo: Raúl Prebisch ao longo de sua vida preocupou-se em estudar o processo de modernização da América Latina. Enquanto nos anos 1950 defendeu a industrialização e o planejamento estatal como vias de superação do subdesenvolvimento. Nos anos de 1960, diante do esgotamento do processo de desenvolvimento da região, Prebisch reivindicou que fossem feitas reformas estruturais para desobstruir os obstáculos ao desenvolvimento destes países. Todavia, o resultado desses esforços viu-se ameaçados pela ascensão de regimes ditatoriais que difundiram, assim revertendo os benefícios sociais adquiridos com as reformas de base. À vista disso, pretendemos analisar a interpretação do “último” Raúl Prebisch (1976-1986) sobre os impasses e contradições enfrentadas ao longo do processo de modernização dos países da América Latina. Como resultado, percebemos que Prebisch afastou-se do seu diagnóstico reformista, alegando que o fracasso das reformas esteve associado às recentes mutações da estrutura social ocorridas na América Latina produzidas no seio das falhas inerentes ao capitalismo periférico.

Palavras-chave: América Latina, Pensamento Econômico Latino-Americano, Modernização, Reformas de Base, Raúl Prebisch (1901-1986).

The “last” Raúl Prebisch in the face of modernization and reform processes in Latin America

Abstract: Raúl Prebisch throughout his life was concerned with studying the modernization process in Latin America. While in the 1950s he defended industrialization and state planning as ways of overcoming underdevelopment. In the 1960s, in view of the exhaustion of the region's development process, Prebisch demanded that structural reforms be carried out to clear obstacles to the development of these countries. However, the result of these efforts was threatened by the rise of dictatorial regimes that spread, thus reversing the social benefits acquired from the basic reforms. Therefore, we intend to analyze the interpretation of the “last” Raúl Prebisch (1976-1986) on the impasses and contradictions faced during the modernization process of the countries of Latin America. As a result, we realized that Prebisch moved away from his reformist diagnosis, claiming that the failure of the reforms was associated with the recent changes in social structure that occurred in Latin America produced within the flaws inherent in peripheral capitalism.

Keywords: Latin American, Latin American Economic Thought, Basic Reforms, Modernization, Raúl Prebisch (1901-1986).

Introdução

Raúl Prebisch foi um renomado economista argentino cuja suas ideias influenciaram toda América Latina ao longo do processo de modernização da região na segunda metade do século XX. Tal notoriedade do autor foi consolidada na década de

¹ Doutorando em Economia pela UFMG na área temática de História do Pensamento Econômico.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

1950, quando Prebisch na liderança da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), ao lado de outros importantes teóricos, sinalizou a industrialização planejada como única via de superação do subdesenvolvimento para os países da região.

Logo de imediato, a CEPAL forneceu suporte para o planejamento de volumosos blocos de investimento que se difundiram por vários países da América Latina. Destarte, a busca pela modernização² destes países estava na ordem do dia, e o êxito é evidente quando se observa dados estatísticos do período. No prazo de dez anos que medeia entre 1950 e 1960, French-Davis, Muñoz e Palma (1997) afirmam que a América Latina obteve taxas de crescimento médias de 5,1% ao ano, sendo que o setor manufatureiro cresceu 6,6% no mesmo período. A concentração de atividades econômicas em cidades também promoveu um volumoso fluxo de migração rural-urbano, visto que a população considerada urbana saltou na América Latina de 40% em 1940 para 60% até o final da década de 1960 (BULMER-THOMAS, 2000).

Ao longo de sua vida, Prebisch seguiu dedicando seus esforços ao estudo da superação do subdesenvolvimento da América Latina. Na década de 1960, Prebisch logo se deu conta de que o processo de desenvolvimento destes países estava se esgotando, visto que a taxa de crescimento perdia o folego, além disso, elevadas taxas de desemprego e de concentração de renda assolavam os países da região³. Diante disso, no ano de 1963 Prebisch publicou a obra *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano* (PREBISCH, 1968), ao qual sinalizou a existência de bloqueios estruturais que estavam impedindo o desenvolvimento da região. O diagnóstico de Prebisch para os problemas enfrentados pelos países nos anos sessenta foi essencialmente reformista visando a justiça social, isto é, defendendo que a modernização dos países necessitaria desde medidas de redistribuição de renda até a execução de uma reforma agrária que modificasse a estrutura de posse anacrônica vigente.

Mais uma vez o diagnóstico de teóricos como Prebisch foi levado a cabo. De acordo com, Long e Bryan (1997) doze países aplicaram, em alguma medida, projetos de reforma agrária na década de 1960. Entretanto, os resultados dessas reformas estruturais

² Reconhecemos que o conceito de modernização, como tratado no verbete elaborado por Pasquino, trata-se fundamentalmente de um fenômeno complexo e multidimensional que envolve a esfera econômica, social e política e até mesmo valores. Todavia nos limitaremos aqui ao uso simplório do termo, referindo-se a um processo de transformação de aspectos da sociedade que visa melhorar sua organização e suas potencialidades, tendo a industrialização e a urbanização representados por um salto qualitativo para maturidade desse processo (PASQUINO, 1998).

³ Bielschowsky mostrou que o crescimento econômico médio no intervalo entre 1960 e 1964 baixou para 0,3% ao ano (BIELSCHOWSKY, 2018).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

foram desiguais e desastrosos. De modo geral, a luta por justiça social mostrou-se inoperante na América Latina, ditaduras difundiram-se pelo Cone-Sul interrompendo as reformas estruturais, além de tudo, a chegada prematura de políticas inspiradas na tradição liberal – defendendo a abertura comercial e opostas ao planejamento estatal – alcançou países como Chile e Argentina (CANO, 1999). À luz dessa exposição, pretendemos nesse artigo analisar a interpretação do “último” Raúl Prebisch (1976-1986) sobre os impasses recentes do processo de modernização e reformas enfrentados pelos países da América Latina. Sabe-se que a partir de 1976, Prebisch inaugurou sua dita quinta e última fase intelectual⁴, no qual abandonou suas tarefas institucionais e passou a dedicar-se integralmente a produção teórica na direção da *Revista de la Cepal*.

No ponto de vista da produção intelectual, Prebisch, em sua última fase, iniciou seu projeto de interpretação teórica através de uma série de artigos publicados em sua revista, sendo os principais: (i) *La periferia latinoamericana en el sistema global del capitalismo* (PREBISCH, 1976) em 1976; (ii) *Estructura Socioeconómica y Crisis del Sistema* (PREBISCH, 1978) no ano de 1978; e por último, (iii) *Hacia una Teoría de la Transformación* (PREBISCH, 2008) em 1980, este conjunto de publicações designou uma crítica ao que o próprio Prebisch denominava por “Capitalismo Periférico”. No que tange aos procedimentos, nesse artigo nos limitamos as duas primeiras publicações indicadas acima, pelo qual, Prebisch traz uma interpretação inédita sobre o problema da modernização em países periféricos⁵. Por fim, o artigo foi dividido em três seções. A primeira intitulada “Subdesenvolvimento e Reformas na América Latina” teve por objetivo descrever o cenário de reformas efetuadas na América Latina na década de 1960 com ênfase no caso do Brasil e do Chile. A segunda seção dedicou-se a expor a interpretação do “último” Raúl Prebisch sobre os problemas enfrentados no processo de modernização recente desses países. Finalizando, a última seção traz breves considerações finais sobre o tema.

2. Subdesenvolvimento e Reformas na América Latina

⁴ A classificação utilizada nesse estudo para divisão do pensamento de Prebisch foi empreendida pelo próprio autor através de um ensaio escrito no ano de 1983 intitulado *Cinco Etapas de mi Pensamiento sobre el Desarrollo*. Nesse sentido, a última etapa inicia no ano de 1976 com a primeira publicação na *Revista de la Cepal* e vai até sua morte no ano de 1986 (PREBISCH, 1983).

⁵ O terceiro artigo da série de Prebisch concentrou-se em delinear os marcos de um novo modelo de organização social para periferia, pelo qual ultrapassa a proposta desse artigo.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

O protagonismo das reformas estruturais na América Latina eclodiu nos anos de 1960, quando vários países da região reconheceram sistematicamente a necessidade de viabilizar reformas que liberassem o caminho para o desenvolvimento. Desta forma, o tema das reformas⁶ ou das “reformas de base” – como eram conhecidas na época – tratavam-se, fundamentalmente, de um conjunto de iniciativas como reforma bancária, fiscal, urbana, educacional e até mesmo administrativa com o intuito de viabilizar o desenvolvimento econômico e social, tendo a reforma agrária como carro-chefe.

O destaque da reforma agrária⁷ nos anos sessenta, em detrimento das demais, tinha relação com a estrutura agrária prevalecente na região, dominada majoritariamente pela agricultura de grande escala de herança colonial. Não se tratava somente da concentração de terras, na América Latina os padrões existentes de posse de terra (propriedade e controle dos recursos agrícolas) eram “tais que não correspondem nem às aspirações da população rural, nem às exigências de um rápido processo tecnológico” (CARROLL, 1967, p. 178). Nessas circunstâncias, Long e Bryan (1997) afirmam que a problemática estava no reconhecimento que o setor agrário desses países passava a interferir negativamente no processo de industrialização em marcha, visto que os fluxos populacionais do campo enchiam as cidades e não produziam alimentos adequadamente.

Embora uma região tão diversa e extensa como a América Latina crie dificuldades na generalização, Carroll (1967, p. 179) mostra que há pontos de convergência ao analisar o sistema de posses desses países. O principal traço refere-se ao padrão latifúndio-minifúndio predominante no território latino-americano. Em outros termos, esse modelo era expresso pelo grau de importância que os latifúndios detinham na produção agrícola ao lado de incontáveis minifúndios dispersos que não permitiam dar um padrão mínimo de vida aceitável para os seus agricultores. A título de exemplo, na Guatemala 516 fazendas (0,15% do total) representavam 41% da produção agrícola, ao mesmo tempo que 97% dos estabelecimentos agrícolas tinham menos de 20 hectares no ano de 1950. A

⁶ É pertinente ressaltar que em cada período histórico falar em reformas pode remeter a um sentido distinto, como aponta Carroll, anteriormente o termo fazia quase sempre referência à justiça social de forma geral, porém na década de 1960 foi incorporado para dentro das discussões sobre desenvolvimento econômico. Para mais, o vocabulário da população civil também adotou o assunto das reformas quando os problemas da modernização difundiam-se pelo campo e pelas grandes cidades, com isso, desdobrando em reivindicações de grupos sociais e lutas políticas pró-reformas (CARROLL, 1967, p. 177–178).

⁷ O conceito de reforma agrária utilizado aqui deve ser aclarado, pois muitas das vezes o termo fica sujeito a discussões semânticas. Deste modo, pretendemos tratar reforma agrária em seu sentido mais estrito, ou seu problema central, o limite à distribuição de terra. Desta forma, concepções mais amplas que incluem qualquer alteração nas instituições agrárias – como crédito e tributação – sem modificar a posse da terra não foram consideradas aqui (CARROLL, 1967, p. 216).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

cifra correspondente para o Equador foi de 705 unidades (0,17%) que coincidiam a 37% da terra, enquanto 90% das propriedades estavam na mesma situação – com menos de 20 hectares. Nesse mesmo segmento havia também o Brasil, onde metade das terras estavam nas mãos de 1,6% dos proprietários⁸. Com efeito, o modelo latifúndio-minifúndio descrito acima estabelecia entraves para o desenvolvimento regional, e funcionavam como uma barreira à mobilidade social.

Tendo em vista a centralidade da questão agrária na América Latina e dentro do receituário de teóricos como Prebisch, nossa exposição concentrou-se nas experiências de reforma agrária na América Latina. Não há dúvida que historicamente a pressão por reformas no sistema de posse de terra na região ainda era prematuro. O México foi pioneiro nesse processo a partir da Revolução Mexicana iniciada em 1910 com seu auge na década de 1930, logo seguido da Bolívia que ratificou juridicamente uma lei para reformas no ano de 1954 (CARROLL, 1967). Diferente dessas primeiras experiências apresentados acima, os casos de reforma agrária levados adiante na década de 1960, como visto, estiveram estritamente associados aos processos de modernização dos países da América Latina. A especificidade do período também estava no quadro geopolítico, segundo Bulmer-Thomas, a revolução cubana em 1959 teve dois efeitos nesse processo, primeiramente por ter lançado a reforma agrária como plataforma da revolução servindo de modelo para outros países da região. Em adição, a política externa norte-americana modificou-se, passando a incentivar as reformas e comprometer-se com o financiamento destas para a América Latina, chefiados pela Aliança para o Progresso em 1961. Vale ressaltar que a intenção por de trás dos Estados Unidos era evitar que movimentos contestatórios de outros países da região reproduzissem o modelo de guerrilha rural cubano⁹.

Diante disso, não pretendemos aqui discorrer exaustivamente sobre todos os casos de reforma agrária empreendidos na América Latina, pois além de desgastante escaparia da proposta desse artigo. Em alternativa, nos concentraremos adiante em dois emblemáticos casos de reformas levados a cabo na América do Sul, sublinhando uma certa tendência que acompanhou os processos de reformas nesses países, a saber, o caso

⁸ Carroll ressalta que estas cifras foram baseadas em dados censitários que podem conter certas falhas para captar a essência da pequena propriedade, uma vez que subestima os cultivadores nômades e posseiros. Entretanto, ainda assim garante ser um excelente indicador para mensurar a magnitude da concentração da estrutura agrária (CARROLL, 1967).

⁹ Os empréstimos fornecidos pelo BID ao longo da década de 1960 despendidos para reformas sociais e incentivos para integração regional ilustram o novo posicionamento externo norte-americano (BULMER-THOMAS, 2000)

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

do Chile, onde as reformas foram realizadas pela via democrática; o caso do Brasil onde as reformas foram precocemente barradas.

2.1 O caso chileno de democracia e reformas

Iniciando pelo Chile, a luta por reformas nesse país ganhou pujança nos anos sessenta, quando as contradições do processo de modernização ficaram evidentes. O caso chileno poderia ser resumido por uma larga história de um “desenvolvimento frustrado” como comentou Aníbal Pinto em um de seus escritos clássicos sobre o país (PINTO, 1964). O Chile encontrava-se na transição para década de 1960 na dita “fase difícil” do seu processo de ISI, todavia sem contar com um amplo mercado interno, ademais, seus governantes ainda mostravam-se a mercê das flutuações do setor exportador de minérios básicos. No que tange a estrutura agrária chilena, os proprietários de terra em alguma medida ainda exerciam influência política através do acúmulo de poder com base na distribuição desigual de terras vigente, e era preocupante a notável necessidade de importação de artigos alimentícios no Chile diante do seu potencial agrícola.

Singularmente, Angell (ANGELL, 2002) afirma que o primeiro passo no caminho para as reformas foi dado no mandato do presidente Jorge Alessandri (1958-1964) do *Partido Nacional*, sendo um governo conservador eleito com apoio dos grandes proprietários de terra e do empresariado. O interesse pelas reformas de base ocorreu por pressão externa da Aliança para o Progresso, que estimulou algumas medidas reformistas que, embora modestas, deixou em voga a discussão da reforma agrária. Dentre as medidas realizadas, a mais importante foi a criação de um aparato institucional em 1961, que serviria de base para o início da reforma no campo, tal qual, a criação de dois organismos *Corporación de Reforma Agrícola (CORA)* e o *Instituto de Desarrollo Agropecuario (INDAP)*. Todavia, esforços claros por reformas florescem no governo posterior de Eduardo Frei do *Partido Demócrata Cristiano (PDC)* em 1964, eleito sob promessa de uma “*revolución en libertad*”, quer dizer, Frei oferecia como projeto “*la modernización económica unida a la justicia y la reforma sociales y la búsqueda de la armonía entre las clases*” (ANGELL, 2002, p. 225).

Em vista disso, beneficiado por volumosos recursos norte-americanos e pela alta do cobre (principal produto de exportação do Chile), as reformas estruturais foram priorizadas ao longo do mandato de Frei (1964-1970). A prova disso foi que logo de imediato o governo deixou em segundo plano a estabilização da economia, ao invés disso, enfatizou a necessidade das reformas de base. De acordo com Angell (2002), Frei buscou

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

a organização da posse de terra por meio de uma nova legislação para os sindicatos rurais ao lado da substituição de latifúndios por fazendas exportadoras organizadas de forma comunitárias. Long e Bryan (1997) explicam que as reformas funcionaram expropriando as propriedades de mais de 80 hectares transformando-as em novos assentamentos. Por resultado, no ano de 1969 mais de 1300 fazendas haviam sido expropriadas e cerca de 650 assentamentos foram criados para receber mais de 20 mil famílias, em adição, a produção agrícola cresceu a um ritmo de 5% ao ano entre 1965 e 1970 (comparado aos 2,3% do período precedente), mesmo diante de uma forte seca no ano de 1968.

Apesar do sucesso inicial das reformas, Frei não conseguiu manter sua *performance* nos anos posteriores devido a perda da iniciativa política. De fato, os últimos anos do governo Frei foram marcados pelo agravamento do quadro econômico, visto que o endividamento per capita do Chile havia se tornado um dos mais altos do mundo em 1970, e a inflação voltou a atacar alcançando 34,9% no mesmo ano. Ao mesmo tempo, agitações sociais e crescentes polarizações resumem o panorama político. Sobre o tema, Angell (2002) descreve a atuação dos grupos políticos no período, afirmando que enquanto partidos de direita estavam furiosos com a administração de Frei e com o andamento das reformas, apresentando cada vez mais proximidade com soluções autoritárias e antidemocráticas, o partido socialista, por seu turno, mostrava-se mais radical influenciado pelo movimento guerrilheiro cubano.

Em suma, a “*revolución en libertad*” de Frei resultou involuntariamente no acirramento dos conflitos ideológicos e na difusão de lutas políticas. As eleições de 1970 foram definidas nesse clima de polarização quando Salvador Allende saiu vitorioso por uma diferença exígua de votos (36,2% contra 34,9%) correspondendo à coalizão de partidos de esquerda chamada *Unidad Popular* (UP) contra o retorno de Alessandri no *Partido Nacional* representante da direita chilena. Allende havia sido o primeiro presidente marxista e socialista eleito no Chile, embora tenha vencido a eleição com um programa de governo propriamente revolucionário, Allende propôs “*ponerlo en práctica sin salirse de los limites del sistema constitucional que ya existía*” (ANGELL, 2002, p. 279), aderindo a noção de uma revolução popular permanente. Por esse motivo, as reformas de base foram impulsionadas pela UP, retomando medidas de distributivas, decretando aumentos massivos de salários aos setores mais pobres, impondo controle ao capital estrangeiro, e efetuando a nacionalização das grandes minas de cobre – símbolo da dependência chilena.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

No que se refere à reforma agrária, Long e Bryan (1997) sublinham que Allende deu seguimento a expropriação dos latifúndios (com ou sem indenizações), concedendo aos pequenos proprietários melhores condições de crédito. De acordo com Cardoso e Helwege (1993), somente no primeiro ano da UP foram expropriadas quase tantas fazendas quanto em todo governo anterior de Frei, os beneficiários dos assentamentos até o ano de 1973 somavam 20% das famílias rurais do Chile. No entanto, depois de um ano disfrutando de bons resultados, os problemas mostram-se visíveis. Por um lado, a estabilidade econômica e social do Chile se viu ameaçada pela transformação do mundo rural, até então pacífico, em um lugar de agudos conflitos de classe, onde os proprietários de terra faziam uso da violência para barrar. Por outro lado, os constantes indícios de expropriação de empresas nas cidades também levaram industriais a descapitalização dos seus investimentos. Angell (2002) que o Chile logo de imediato passou a enfrentar a perda de reservas internacionais com a abrupta queda de 27% do preço de exportação do cobre. Além disso, o quadro geopolítico também não foi favorável, os Estados Unidos, principal fornecedor de crédito ao Chile, passou a usar sua influência para bloquear empréstimos ofertados pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Diante desse cenário, o governo de Allende encontrou-se pressionado por todos os lados. A polarização e os conflitos políticos e sociais alcançaram grau de intensidade jamais visto no país, o estopim da deterioração do governo de Allende foi a perda do controle da expansão monetária de modo que alcançou a cifra de 605,9% no ano de 1973. Angell (2002, p. 279) descreve com exatidão a conjuntura dos últimos meses de governo da UP,

se politizaron todos los aspectos de la vida y la política se polarizó: era imposible no estar ni a favor ni en contra del gobierno. La terrible brutalidad con que el gobierno fue derribado el 11 de septiembre de 1973 es un triste testimonio del nivel a que había llegado la pasión política.

A luz da exposição acima, as tentativas de reformas no Chile foram barradas por um violento golpe militar liderado por Augusto Pinochet, pelo qual resultou na morte de Allende e na queda do governo em 1973. Com a chegada de Pinochet ao poder, o autoritarismo político havia se tornado rotina, a somar, o retorno as forças de mercado sob a égide da Escola de Chicago¹⁰ encerrou um grande período de intervenção estatal da

¹⁰ A Escola de Chicago foi uma escola de pensamento liderada por George Stigler e Milton Friedman, ambos defensores do livre mercado e posteriormente laureados com Nobel de Economia. Angell sublinha que a influência da Escola de Chicago não entrou imediatamente no Chile com Pinochet, em um primeiro momento muitos oficiais sentiram-se atraídos por um tipo de ideologia estatal corporativista, não obstante,

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

economia chilena. French-Davis, Muños e Palma (1997) sublinham que os retrocessos sociais foram muitos, em especial no campo, onde a reforma agrária além de bloqueada, o novo governo devolveu uma proporção considerável da terra expropriada aos antigos proprietários, ou, quando não era possível, retirou apoio do Estado aos camponeses, assim fazendo com que a maioria desses perdessem suas terras¹¹. Ainda sobre o regime de posse de terra, Long e Bryan (1997) afirma que pouco pôde ser feito aos setores mais pobres (minifundistas e trabalhadores sem-terra), a grande maioria dos beneficiários foram os residentes das fazendas expropriadas. Após o golpe militar, reduziu ainda mais o número de beneficiários, deixando sem solução a questão agrária chilena.

2.3 O caso brasileiro de “não reformas”

O caso do Brasil, ao menos inicialmente, não se diferiu do caso, visto que a demanda por reformas de base ganhou corpo no alvorecer da década de 1960, após as grandes transformações empreendidas no país, sobretudo, pelo Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). Nesse ínterim, o Brasil logrou um ciclo expansivo com auge entre os anos de 1958 e 1961, quando obteve taxas de crescimento média cerca de 12%, ao mesmo tempo em que grandes projetos industriais alteravam a composição da estrutura econômica por meio da redução da participação relativa da agricultura de 24,9% em 1949 para 19,2% no ano de 1959, enquanto as mesmas cifras para o setor industrial indicavam o caminho reverso, passando de 26% para 32,6% (SERRA, 1998). Este processo de crescimento econômico proporcionou condições concretas para uma crescente insatisfação popular, vide a difusão da miséria e níveis inimaginados de desemprego urbano. Desta forma, o triênio seguinte no Brasil foi marcado por crescentes tensões por reformas sob um cenário de crise política.

A crise política do período poderia resumida pela mudança entre sistemas de governo. Desde a renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961, o Brasil transitou para o regime parlamentarista, quando passou por três gabinetes até este ser extinto via plebiscito nacional no ano de 1963, retomando ao modelo anterior sob a presidência de João Goulart. Nesse ínterim, a mobilização popular gerada pelo aprofundamento da instabilidade política ganhou profundidade em termos nunca obtidos.

a partir de 1974 um grupo de economistas formados em Chicago já aconselhavam *policy makers* do Chile, para então, no ano seguinte o novo ministro da fazenda, Sergio de Castro, já era declaradamente monetarista (ANGELL, 2002, p. 279).

¹¹ A rigor, Pinochet pôs fim às expropriações, restituindo aos antigos proprietários um terço das terras expropriadas e leiloando outro terço. (CARDOSO, HELWEGE, 1993).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Sobre o tema, Bielschowsky (2004) afirma que o operariado conquistava uma certa organização política, organizando greves, e movimentos contestatórios do campo, especialmente em favor da reforma agrária, multiplicaram-se pelo país.

Essa agitação popular mencionada desdobrou em tentativas políticas, especialmente com Goulart, para execução de reformas. Todavia, a frente conservadora representada pela União Democrática Nacional (UDN), composta por militares extremistas e por uma tecnocracia conservadora atuavam barrando as tentativas no congresso de projetos como o da reforma agrária¹². As tentativas de avanço com as reformas não cessaram. Em outubro de 1962 foi criada a superintendência da reforma agrária e no ano seguinte o economista brasileiro Celso Furtado, então ministro do planejamento do governo Goulart, redigiu um plano de governo, o Plano Trienal, apresentando a reforma agrária como prioridade após a estabilização econômica do país. Todavia, o clima de polarização política e ideológica agravou com a deterioração do quadro econômico, no ano de 1963 a inflação galopou para 83,3%, e a taxa de crescimento caiu para 1,6% encerrando o duradouro ciclo expansivo e, ainda mais, o problema externo retornou ao país por meio de uma crise cambial entre os anos de 1962 e 1963 (BIELSCHOWSKY, 2004).

O cenário delineado acima tornou cada vez mais complicado para Goulart dar seguimento em qualquer projeto de governo, assim levando ao abandono do Plano Trienal alguns meses após o anúncio, conduzindo também a sua derrubada com advento do golpe militar de março de 1964. Desde o início do período ditatorial brasileiro, Long e Bryan (1997) sublinham que a questão das reformas foi deixada de lado, assim não resolvendo o problema da população rural. Na segunda metade da década de 1960, a opção elegida a partir do presidente militar Castelo Branco foi pela modernização agrícola da grande propriedade exportadora. No ano de 1972, Cardoso e Helwege (1993) apontam que mais adiante os governos militares buscaram soluções fáceis para o problema da população rural, aproveitando a construção da rede de estrada Transamazônica na região norte do país, pensou-se, num primeiro momento, em dar aos pequenos proprietários acesso à terra. Entretanto, justificado por possíveis problemas com as longas distâncias que dificultariam a comercialização da safra, conduziu os militares no ano seguinte, em 1973, a desviar sua prioridade novamente para lavoura comercial de grande escala.

¹²O projeto de reforma agrária foi derrotado por 176 a 121 votos (BIELSCHOWSKY, 2004).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

De modo geral, pretendemos mostrar nessa seção a tendência a repressão das reformas de base nos casos latino-americanos nos anos sessenta. Nós restringimos aqui a dois casos, não obstante fosse possível estender para vários países no mesmo período, tais como o da Colômbia que teve as expropriações encerradas por definitivo por meio de um acordo político entre o partido conservador e o liberal, ou Honduras, onde o governo militar recuou na implantação da reforma agrária usando da violência para controlar invasões de terras (CARDOSO; HELWEGE, 1993). Em vista disso, as reformas quase sempre se viram barradas por medidas autoritárias de governos que não respondiam as camadas mais pobres da população, ao lado da sensibilidade do cenário econômico presente em vários países, que deixavam mesmo os governantes mais experientes sem instrumentos de ação.

Quanto ao soldo da reforma agrária, Long e Bryan (1997) consideram o efeito destas pouco significativo, uma vez que até o fim de 1969 o México e a Bolívia ainda haviam redistribuído mais terra quando comparado a todos os casos da década de 1960. A opção por resguardar a produção agrícola exportadora manteve necessariamente grandes fazendas intactas e os beneficiários mais evidentes foram produtores de estratos médios, já empregados nas grandes propriedades. Isto é, estas reformas converteram-se no desenvolvimento agrícola ao invés de justiça social.

3. O “Último” Raúl Prebisch e a Crítica ao Capitalismo Periférico

Grandes acontecimentos marcam os anos de 1970, enquanto no prelúdio da década vemos a queda do acordo de *Bretton Woods*, mais tarde duas grandes crises (1973 e 1978) marcam uma presente instabilidade por todo globo. Na América Latina, em específico, não se poderia falar em uma experiência única, todavia o endividamento externo tornou-se uma forma de vários países continuarem seus projetos de crescimento. No campo social, como visto anteriormente, reformas de base foram interrompidas, e em alguns casos governos democráticos foram substituídos por regimes autoritários despreocupados com justiça social.

É nesse cenário que Hodara (1987) afirma que a transição entre as décadas de 1970 e 1980 pairou um pessimismo gravitacional em torno dos teóricos que se preocupavam com a questão do subdesenvolvimento. Este fenômeno torna-se claro em autores como Raúl Prebisch. Nesse sentido, a dita última etapa intelectual de Prebisch enquadrava-se dentro desse movimento, visto que iniciou no ano de 1976, quando o autor abandonou suas responsabilidades no serviço internacional e passou a se concentrar em

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

sua produção teórica na liderança da *Revista de La Cepal* em Santiago no Chile, espaço também utilizado inicialmente pelo autor para publicação de seus escritos (DOSMAN, 2011).

De fato, esse movimento tratava-se de uma revisão crítica no pensamento de Prebisch¹³. Nessa etapa, o autor tornou-se ainda mais cético quanto à possibilidade de romper com o subdesenvolvimento da América Latina, considerando a desigualdade social e o desemprego estrutural como características inerente à estrutura periférica. Deste modo, esse conjunto de teses estavam presentes no projeto de análise crítica ao capitalismo periférico iniciado a partir de uma série de artigos dedicados a reinterpretar o processo de desenvolvimento da periferia. Nos concentraremos aqui nos dois primeiros textos do autor (i) *La periferia latinoamericana en el sistema global del capitalismo* em 1976; (ii) *Estructura socioeconómica y crisis del sistema*, publicado dois anos depois. Ambos os artigos concentram-se em entender a dinâmica do capitalismo periférico baseando-se na tese central de que havia uma contradição entre o processo econômico e o processo democrático subjacente à estrutura periférica, com efeito, isso explicaria os problemas recentes dos projetos reformistas dos países da América Latina.

Antes de avançar, precisamos explorar algumas considerações teóricas sobre a tese do Capitalismo Periférico de Prebisch. Para cobrir a interpretação do autor sobre o fenômeno, analisaremos a contribuição de deste em duas subseções, apresentando em um primeiro momento os aportes teóricos de Prebisch, para em seguida expor a análise do autor sobre as transformações recentes na periferia, sempre retomando o caso chileno e brasileiro apresentado anteriormente.

3.1 Aspectos teóricos da interpretação do capitalismo periférico de Prebisch

Dando início a exploração, primeiramente, Prebisch propôs uma interpretação interdisciplinar para compreender a realidade latino-americana, ou, aos termos do autor, a construção de uma “abordagem global”. Nesse sentido, tal interpretação seria global, por um lado, por estudar o processo de desenvolvimento dentro de um sistema centro-periferia já costumeiramente utilizado por Prebisch. Por outro lado, Prebisch alegava a necessidade de incorporar outras esferas de conhecimento, não se restringindo à análise estritamente econômica, sendo assim, incorporando questões culturais, sociais e políticas ao seu estudo (PREBISCH, 1976). À luz dessas considerações, Gurrieri (1982b) sublinha

¹³ O próprio Prebisch afirmava tal ruptura, ao escrever que “para tal fin revisé con gran espíritu crítico mis ideas anteriores” (PREBISCH, 1983, p. 1087).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

uma notável aproximação de Prebisch à sociologia do desenvolvimento em sua última etapa, uma clara evidência disso foi que o autor passou a incorporar os estratos sociais em sua análise.

Destarte, nesses dois primeiros ensaios Prebisch inaugurou um novo arcabouço conceitual para o estudo do capitalismo periférico. No âmbito da estrutura social, Prebisch incorporou categorias de estratificação social, delimitando três estratos: (a) os estratos superiores, que concentrava em suas mãos a maior parte dos meios de produção, e se vinculam a estes por outras formas, tais como serviços bancários, financeiros e profissionais; (b) os estratos inferiores que detinha a parcela da população excluída em subempregos ou empregadas em atividades de baixa produtividade e remuneração; no meio destes encontra-se (c) os estratos intermediários, ao qual, parte deles conservava pequenas empresas, ou certa qualificação para obter uma melhor remuneração (PREBISCH, 1976). Tais estratos dispõem de poder – seja na órbita do Estado ou do mercado – para obter maior benefício distributivo. De acordo com Prebisch, na órbita do mercado existe o poder econômico, outorgado pela posse dos meios produtivos concentrado nos estratos superiores, e o poder social que faz referência às qualificações crescentes para obter melhores postos de trabalho. Em alternativa, na órbita de Estado, Prebisch elencou o poder sindical, ou gremial, obtido por grupos extensos de trabalhadores em busca de melhora nas suas remunerações, e por fim, o poder político, que concerne ao uso do Estado para ampliar o consumo social ou privado de parte dos estratos (PREBISCH, 1978).

À vista disso, a proposta de Prebisch consistiu em analisar as mutações na estrutura social e nas relações de poder que ocorriam na periferia dentro da ótica do conflito distributivo. Para tal, Gurrieri aponta que Prebisch resgata da tradição da escola clássica o conceito de excedente para o estudo do desenvolvimento periférico. Sendo assim, o modo como esse excedente era gerado, apropriado, distribuído e utilizado jogariam luz sobre a dinâmica do capitalismo periférico (GURRIERI, 1982a, p. 87). De modo geral, Prebisch demonstrou que os ganhos de produtividade obtidos com novas camadas técnicas, geram, por sua vez, um excedente, definido por ele como “aquella parte del fruto de la mayor productividad que, debido a la gran heterogeneidad de la estructura socioeconómica no se difunde entre la gran masa de la fuerza de trabajo y queda en manos de los propietarios de los medios de producción” (PREBISCH, 1978, p. 169).

O uso do excedente tem um significado crucial em matéria de desenvolvimento, visto que este era utilizado para o consumo e para prover novos fluxos de acumulação de

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

capital. Entretanto, dado a concentração de poder econômico na periferia aos estratos superiores, uma parte significativa do excedente era apropriado por estes para fins não produtivos, em outros termos, para copiar padrões de consumo supérfluos oriundo dos estratos mais altos dos grandes centros capitalistas. Com efeito, uma periferia, como a América Latina, que já era escassa em capital, terminava com menos recursos destinado a acumulação de capital, por sua vez, reduzindo ainda mais a oferta de postos de trabalho e aprofundando o problema de insuficiência dinâmica¹⁴.

A questão do consumo, para Prebisch, fazia parte de uma herança cultural dos países centrais, que difundem suas instituições, ideologias, técnicas e formas de consumo à periferia. O resultado desse longo período de influência foi a constituição de uma “sociedade privilegiada de consumo”, que “denota la imitación exagerada y prematura de las pautas de consumo de los centros” (PREBISCH, 1978, p. 168). Prebisch ainda complementou, afirmando que esta vive necessariamente em contraste com uma sociedade de infraconsumo, pelo qual as massas populacionais vivem com base no consumo de subsistência. De acordo com o autor, séculos e décadas sobre influência dos centros tornou a periferia um capitalismo propriamente imitativo e com a ilusão de que esta pode se desenvolver a imagem e semelhança do centro – o que Prebisch classificou por um mito.

3.2 Transformações estruturais e mutações sociais na periferia latino-americana

A partir desse corpo conceitual apresentado acima, Prebisch propôs analisar as recentes transformações do capitalismo na periferia. O autor ressaltou que sua tese do capitalismo periférico fazia referências aos países que alcançaram um certo grau de desenvolvimento industrial e de democratização dos frutos de produtividades via reformas estruturais (PREBISCH, 1978). Apesar de não fazer referência explícita, a leitura conduzida por Prebisch refletia muito a experiência histórica de países como Chile e Brasil já apresentadas na seção anterior. Em vista disso, Prebisch concentrou sua análise sobre as mutações ocorridas no tecido social e na estrutura produtiva da região, e os efeitos dessas transformações sobre uma sociedade de consumo com elevado grau de desigualdade de renda e poder.

¹⁴ O conceito de suficiência dinâmica era mobilizado por Prebisch desde os anos de 1960 como um parâmetro para sinalizar a capacidade de uma estrutura econômica para absorver sua mão de obra. Nesse sentido, apontar uma insuficiência dinâmica significa dizer que a estrutura concentrada da periferia faz um mau uso do capital, assim reduzindo a capacidade de absorção da força de trabalho (PREBISCH, 1968, p. 38).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

O ponto de partida de Prebisch esteve na estrutura da periferia quando ainda concentrava sua dinâmica no modelo de desenvolvimento *hacia afuera* entre o século XIX e nos primeiros decênios do século XX. Isto é, quando sua dinâmica estava restrita ao setor primário exportador. De acordo com Prebisch, nessa fase o poder político dos estratos superiores de renda era estritamente vinculado ao capital estrangeiro, em contraste com uma grande massa populacional que carece de poder e encontrava-se empregadas em camadas técnicas pré-capitalistas. Apesar de exígua, nesse período já havia uma classe média que se desenvolvia com limitado poder político (PREBISCH, 1976, p. 51).

Como sabido, as duas guerras mundiais ao lado da grande depressão de 1930 forçaram o desenvolvimento espontâneo de indústrias emergentes na periferia latino-americana, visto que o comércio internacional encontrava-se bloqueado pela guerra, precisou produzir manufaturas para seu mercado interno ao invés de importá-las. Diante disso, a industrialização promoveu a propagação da técnica para além de atividades exportadoras, priorizando a atividade manufatureira e atividades conexas para o mercado interno, tal como o setor de serviços exigindo qualificações cada vez maiores. Com isso, o tecido social também se modificou, ampliando os estratos intermediários, enquanto os estratos superiores se articulavam as atividades modernas assegurando seu poder político.

O avanço dos projetos de industrialização na América Latina intensificou as transformações em curso. A chegada da indústria pesada e de bens de consumo duráveis a partir da década de 1950 e, com mais intensidade, 1960 promoveram a concentração urbana e o êxodo rural. O resultado imediato foi impulso a um processo de democratização, no qual os estratos inferiores e intermediários lutaram por melhorar sua participação do excedente e ampliar seu consumo social e privado. Segundo Prebisch, a origem do processo de democratização “acompaña a la evolución del desarrollo y sus transformaciones estructurales, a la vez, influye en ella. Su alcance y ramificaciones son muy vastos” (PREBISCH, 1976, p. 51). A partir desse impulso, os estratos intermediários passaram a se organizar como classe e politicamente, conquistando poder pela órbita do Estado, passando a disputar o excedente com os estratos superiores.

No entanto, as contradições do capitalismo periférico tornaram-se complexas nesse estágio à medida em que os estratos intermediários adquiriam poder (político e sindical) para disputar o excedente. O problema era que o aumento do consumo social dos intermediários era com base na absorção espúria da força de trabalho e de reformas distributivas que retirava parte do excedente destinado à acumulação de capital, mas

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

também interferia na proporção reservada ao consumo mimético dos estratos superiores. Tais conflitos distributivos agravavam-se na medida em que as reformas de base afetavam o pleno funcionamento da sociedade de consumo. Prebisch define com clareza esse limite,

Así pues, en el desenvolvimiento de estas diversas formas de compartimiento se llega a un momento en que el ritmo del excedente se vuelve igual al del producto, tanto más se propaga el poder político o sindical a los estratos inferiores. Tal es el límite al que puede llegar, sin trastornos, el compartimiento de la fuerza de trabajo desfavorecida en el juego del mercado (PREBISCH, 1978, p. 189).

Quando a democratização se aproximou desse limite, os estratos superiores mobilizavam seu poder em busca de retaliações. Uma destas estava no fenômeno inflacionário, Prebisch explicou que os surtos inflacionários que sempre bloqueavam os processos de reformas de base não se tratava de uma inflação tradicional de tempos peremptórios, ao contrário, era de tipo distributiva, quer dizer, uma ferramenta dos estratos superiores para recuperar parte do excedente perdido. Em meio a disputa pelo excedente, os estratos superiores, por reter grande parte dos meios de produção, conseguiam ampliar os níveis de preços retomando parte dos seus prejuízos auferido no conflito. A respostas dos sindicatos termina gerando um espiral inflacionário, que exigia por parte das autoridades monetárias o uso de um receituário contracionista, pelo qual em um primeiro momento geraria um elevado custo social com a contração econômica, mas posteriormente retomava o curso do excedente para o consumo dos estratos favorecidos (PREBISCH, 1976).

O conflito distributivo também poderia resultar em prejuízos políticos e na liberdade de expressão, pois os estratos superiores estavam dispostos a utilizar seu poder político para bloquear por completo o processo democrático. Para Prebisch em países onde a democracia era apenas formal, os estratos superiores articulavam com dirigentes políticos e gremiais para reestabelecer sua parcela do excedente compartilhando com estes as vantagens do desenvolvimento. Todavia, em casos onde a democracia foi consolidada de forma restrita aos estratos superiores, o uso do autoritarismo aparecia como uma opção dos estratos superiores para retomar o curso do excedente conforme a dinâmica da sociedade privilegiada de consumo. Caso similar ao apresentado na seção anterior, onde as reformas estruturais foram barradas por violentos golpes civil militares. Com as palavras do autor:

sea por propia determinación de quienes disponen de ella, sea por la gravitación del poder político en la cúspide del sistema. Se acude al empleo de

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

la fuerza para doblegar o suprimir el poder sindical y poder político de las masas con serio menoscabo de su aptitud de compartimiento. Es posible lograr, de esta manera, restablecer la dinámica de la sociedad de consumo, lo que también permite a los estratos superiores acumular más y consumir más y mejor lo mismo que para los tramos favorecidos de los estratos intermedios (PREBISCH, 1978, p. 190).

Em tese, o ponto de Prebisch era mostrar que havia uma contradição inerente na formação do capitalismo periférico, pelo qual a busca por direitos e justiça social contida nos processos de democratização vigentes entravam necessariamente em contradição com curso do processo dinâmico de uma sociedade consumista que apropriava-se do excedente para o consumo santuário. A saber, Prebisch (1976, p. 9–11) também defendia que a sociedade privilegiada de consumo conseguia manter a eficiência econômica do sistema mesmo com desperdício de capital, todavia às custas da eficiência social e, eventualmente, das liberdades políticas e de expressão.

Esse estilo de vida dos estratos superiores era corriqueiramente reforçado pelo contato com os centros capitalistas, a forma mais atual dessa dependência no período poderia ser traduzida pelas empresas transnacionais que fixavam-se na estrutura periférica, definiam o padrão tecnológico utilizado, exploravam impropriamente os recursos naturais esgotáveis e produziam bens de consumo duráveis com elevado grau de diversificação para atender a demanda destes estratos superiores. Prebisch ainda afirmava que engana-se quem acreditava que estas industriais contribuiriam para inserção da periferia no comércio internacional como exportadora de manufaturas, os centros mantinham-se fechados para tal, interessavam a estas empresas apenas o mercado interno.

À vista disso, o conflito distributivo pelo excedente estava no centro de todas as crises no capitalismo periférico, para o autor a busca por um processo de democratização que almeje distribuir o excedente com equidade acabava afetando as estruturas de poder, retirando dos estratos superiores e uma fração dos intermediários uma fatia do excedente antes utilizada para manter um padrão de consumo mimético, como foi tratado acima. Com base na análise da estrutura social latino-americana, Prebisch aponta que os estratos superiores terminam sempre se mobilizando seja com seu poder econômico – inflação social -, ou com outra forma – uso da força (militar) – para retornar os traços desiguais do capitalismo periférico.

Considerações Finais

Pretendemos nesse artigo ilustrar as teses do “último” Raúl Prebisch (1976-1986) sobre o capitalismo periférico, com o intuito de aclarar pontos de conexão entre a leitura

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

de Prebisch com os processos de modernização e reformas de países como Brasil e Chile. Como visto, a última fase do autor foi marcada por autocriticas quanto aos seus antigos receituários reformistas e também pela expansão de seu quadro conceitual, partindo para uma análise multidisciplinar que desse conta de explicar os recentes eventos da região. A saber, a emergência de regimes ditatoriais, crescente desigualdade, entre outros.

De modo geral, a tese de Prebisch sobre o capitalismo periférico mostrou que os países da periferia que alcançaram um certo grau de desenvolvimento modificaram suas estruturas sociais e produtivas para uma nova estrutura que tinha escrita em seu pleno funcionamento uma contradição entre o processo de democratização dos estratos sociais, até então, excluídos com o funcionamento dinâmico do sistema econômico. Nesse sentido, a busca por formas de justiça social, nesses países, terminaria, impreterivelmente, criando conflitos com uma pequena fração da população que vivia por uma sociedade privilegiada de consumo, e que utilizaria, quando necessário, seu poder político, ou da violência para retomar o uso do excedente a seu favor. Não à toa, a leitura de Prebisch faz alusão implícita ao caso chileno e brasileiro, sendo países que tiveram seus processos de reformas interrompidos por violentos golpes militares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELL, A. Chile, 1958-c. 1990. In: BETHELL, L. (Ed.). . **História de América Latina: el cono sur desde 1930**. Barcelona, Espanha: Crítica, 2002. v. 15p. 255–312.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Edição: 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BIELSCHOWSKY, R. A Trajetória Histórica do Pensamento da Cepal: 1948-1998. In: BRANDÃO, C. A. (Ed.). . **Teorias e Políticas do Desenvolvimento Latino-Americano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2018. p. 47–92.

BULMER-THOMAS, V. **La Historia Económica de América Latina desde la Independencia**. 1º reimpressão ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

CANO, W. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: FIORI, J. L. (Ed.). . **Estado e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 287–326.

CARDOSO, E.; HELWEGE, A. **A Economia da América Latina: diversidades tendência e conflitos**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

CARROLL, T. F. A Questão da Reforma Agrária na América Latina. In: HIRSCHMAN, A. O. (Ed.). . **Monetarismo vs. Estruturalismo: um estudo sobre a América Latina**. Coleção Societas. 1. ed. Rio de Janeiro: Lidador, 1967. p. 177–219.

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

DOSMAN, E. J. **Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

FFRENCH-DAVIS, R.; MUÑOZ, Ó.; PALMA, G. Las Economías Latinoamericanas, 1950-1990. In: BETHELL, L. (Ed.). . **História de América Latina: economia y sociedad desde 1930**. Barcelona, Espanha: Crítica, 1997. v. 11p. 83–161.

GURRIERI, A. La Economía Política de Raúl Prebisch. In: GURRIERI, A. (Ed.). . **La Obra de Prebisch en la Cepal**. 1. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1982a. v. 1p. 13–95.

GURRIERI, A. La Dimensión Sociológica en la Obra de Prebisch. **Pensamiento Iberoamericano: Revista de Economía Política**, n. 2, p. 159–174, dez. 1982b.

HODARA, J. **Prebisch y la Cepal: sustancia, trayectoria y contexto institucional**. 1. ed. México: El Colegio de México, 1987.

LONG, N.; BRYAN, R. Las Estructuras Agrarias de América Latina, 1930-1990. In: BETHELL, L. (Ed.). . **História de América Latina: economia y sociedad desde 1930**. Barcelona, Espanha: Crítica, 1997. v. 11p. 278–334.

PASQUINO, G. **Modernização** (N. Bobbio, N. Matteucci, G. Pasquino, Eds.) **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

PINTO, A. **Chile, una economía difícil**. 1. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

PREBISCH, R. **Dinâmica do Desenvolvimento Latino-americano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1968.

PREBISCH, R. La periferia latinoamericana en el sistema global del Capitalismo. **Revista de la Cepal**, n. 1, p. 7–73, primeiro semestre 1976.

PREBISCH, R. Estructura Socioeconómica y Crisis del Sistema: reflexiones al cumplirse nuestros primeros treinta años. **Revista de la Cepal**, n. 6, p. 167–264, segundo semestre 1978.

PREBISCH, R. Cinco Etapas de mi Pensamiento sobre el Desarrollo. **El Trimestre Económico**, v. I (2), n. 198, p. 1077–1096, jun. 1983.

PREBISCH, R. Hacia una Teoría de la Transformación. **Revista de la Cepal**, n. n. 96, p. 27–71, dez. 2008.

SERRA, J. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (Eds.). . **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. Campinas: IE Unicamp, 1998. v. 1.